



**Processo nº** 10166.010093/2002-11  
**Recurso** De Ofício  
**Acórdão nº** **1201-005.784 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 15 de março de 2023  
**Recorrente** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** BRASIL TELECOM S/A

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)**

Ano-calendário: 1997

RECURSO DE OFÍCIO. NÃO CONHECIMENTO. LIMITE DE ALÇADA VIGENTE. PORTARIA ME Nº 2, DE 2023. SÚMULA CARF Nº 103.

A Portaria ME nº 2, de 18 de janeiro de 2023 majorou o limite de alçada para interposição de recurso de ofício, que deixou de ser o valor estabelecido na Portaria MF nº 63, de 2017 (R\$ 2.500.000,00 - dois e meio milhões de reais), para R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões mil reais). Nos termos da Súmula CARF nº 103, para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada vigente na data de sua apreciação em segunda instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício.

(documento assinado digitalmente)

Neudson Cavalcante Albuquerque - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Thais De Laurentiis Galkowicz – Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Efigênio de Freitas Junior, Jeferson Teodorovicz, Wilson Kazumi Nakayama, Fredy José Gomes de Albuquerque, Fabio de Tarsis Gama Cordeiro, Viviani Aparecida Bacchmi, Thais de Laurentiis Galkowicz, Neudson Cavalcante Albuquerque (Presidente).

## Relatório

Trata-se de recurso de ofício apresentado em face da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (“DRJ”) de Brasília/DF, que julgou procedente a impugnação oferecida pelo Sujeito Passivo sobre a cobrança de IRPJ.

Por bem consolidar os fatos ocorridos até a decisão da DRJ, colaciono o relatório acórdão recorrido *in verbis*:

Trata o presente processo de Auto de Infração de IRPJ/ 1997 - formalizado com base nos dados das Declarações de Contribuições e Tributos Federais (DCTF) do 3º e 4º trimestres do ano-calendário 1997 (fl. 19), no qual está sendo exigido da contribuinte, acima identificada, sucedida pela empresa Brasil Telecom S/A - CNPJ 76.535.764/0001-43, crédito tributário no valor total de R\$ 4.264.636,43.

A descrição dos fatos, enquadramento legal da infração e demonstrativos do crédito tributário a pagar (IRPJ) apurado nos procedimentos de auditoria intema de pagamentos informados nas DCTF, encontram-se às folhas 20 a 28.

A contribuinte tomou ciência do lançamento em 1/1/2002 (AR \_- fl. 50). Inconformada apresentou impugnação (fls. 1 a 13) em II/07/2002, na qual transcreve os fatos, faz demonstrativos dos pagamentos vinculados aos débitos declarados nas DCTF e, em resumo, alega que os valores lançados foram pagos no código 6692 destinado ao FINAM; contudo, no preenchimento da DCTF declarou todo valor no código 2362, relativo ao imposto apurado e recolhido por estimativa, conforme cópias dos DARF e páginas da DCTF anexadas ao processo (fls. 29 a 36).

A impugnante questiona ainda a aplicação da multa por infração cometida por empresa sucedida e imposição de taxa Selic sobre-os débitos cobrados sob o argumento de que multa de período anterior não se aplica a sucessora e a exigência de juros superior a 12% previsto na Constituição Federal é inconstitucional.

Cita e transcreve ementas de acórdãos do Conselho de Contribuintes, da Câmara Superior de Recursos Fiscais, do STJ, opiniões de tributaristas e, ao final, requer o acatamento da impugnação e das DCTF retificadoras para o cancelar o auto de infração. Caso não seja este o entendimento da Receita Federal seja excluída a multa incidente sobre valores declarados pela empresa sucedida e a atualização dos débitos pela taxa Selic.

Em razão dos argumentos de defesa, o presente processo foi baixado em diligência (fl. 373) para a autoridade fiscal lançadora verificar na escrita contábil e fiscal da contribuinte se a opção, os recolhimentos para o FINAM, quanto à forma e percentuais deduzidos na DIPJ, estão corretos; se houve retificação da DIPJ/ 1998 e se o auto de infração foi formalizado corretamente ou com erro de fato alegado, cuja informação fiscal com o resultado da diligência encontra-se as folhas 487 e 488.

Sobreveio então o Acórdão 03-39.150, da 4<sup>a</sup> Turma da DRJ/BSB, dando provimento à impugnação do Sujeito Passivo, exonerando completamente o crédito tributário controlado no presente processo.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Thais De Laurentiis Galkowicz, Relatora.

Encontra-se sob julgamento recurso de ofício, o qual não é mais passível de conhecimento pelo CARF depois do advento da Portaria ME n. 2, de 18 de janeiro de 2023, que

aumentou o limite de alçada para tanto ao montante de R\$15.000.000,00 (dois milhões e meio de reais). Com efeito, no caso o valor originário discutido foi de R\$ 1.584.143,15 (principal) mais R\$ 1.188.107,37 (multa), o que deve ser levado em consideração, segundo a Instrução Normativa n. 141, de 18 de dezembro de 1992.

Lembre-se nos termos da Súmula CARF nº 103,<sup>1</sup> para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada vigente na data de sua apreciação em segunda instância.

Nesse sentido, voto no sentido de não conhecer o recurso de ofício.

(documento assinado digitalmente)

Thais De Laurentiis Galkowicz

---

<sup>1</sup> "Para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada vigente na data de sua apreciação em segunda instância."

Fl. 4 do Acórdão n.º 1201-005.784 - 1<sup>a</sup> Sejul/2<sup>a</sup> Câmara/1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 10166.010093/2002-11